

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º15/2022

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Edital de Tomada de Preços para Contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia para a Pavimentação no trecho do pórtico em direção ao centro do Parque Toca da Tigra até o início da pavimentação existente, próximo a Cancha de bocha em Santana da Boa Vista/RS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas respectivas alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 10 horas, do dia 27 do mês de outubro do ano de 2022, na sala de licitações, situada na Rua Independência, 374, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 521/2022, com a finalidade de receber os documentos de habilitação e as propostas para contratação, conforme item 1 deste edital, do tipo empreitada por preço global.

Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Santana da Boa Vista, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro, conforme item 2 desse edital, até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta.

O termo de referência presente no anexo I deste documento é parte integrante deste edital.

1. OBJETO:

1.1- Constitui o objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia para a Pavimentação trecho do pórtico em direção ao centro do Parque Toca da Tigra até o início da pavimentação existente, próximo a Cancha de bocha, no Municipio de Santana da Boa Vista-RS, conforme especificações contidas no Termo de Referencia, Memorial Técnico e demais anexos deste edital.



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"
"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

2. CADASTRO:

2.1Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, até às <u>10 horas do dia 24 de outubro do ano de 2022</u>, os seguintes documentos:

2.1.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- **A.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
- **B.** Ato constitutivo Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- C. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- **D.** Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- **E.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;
- **F.** Caso o representante legal da empresa, não seja sócio-gerente ou diretor, deverá anexar instrumento público ou particular de procuração, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

- A. Prova de Inscrição no CNPJ
- B. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
 FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em VIGOR;
- C. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em VIGOR;
- **D. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, em VIGOR;
- E. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município, em VIGOR;



"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

F. Prova de **inscrição** no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA E DECLARAÇÕES:

- **A.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, **CNDT**e lei 12.440, de 07 de julho de 2011.
- **B.** Declaração, conforme o modelo instituído pelo Decreto Federal nº 4.358/2002, que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;
- C.Declaração de inexistência de servidor público ou agente político no quadro da empresa.

2.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A.Prova de Inscrição e Regularidade da empresa junto ao Orgão Competente;

- **B.**Prova de Inscrição e Regularidade do **Responsável Técnico** junto ao Órgão Competente;
- C.Prova de vínculo do Responsável Técnico com a empresa licitante, no caso de empregado anexar cópia autenticada da CTPS; no caso de sócio anexar cópia do Contrato Social e alterações; no caso de contratado anexar contrato de prestação de serviços;
- **D.**Apresentação de uma **declaração** formulada pelo proponente, de que dispõe de recursos Técnicos e Humanos disponíveis à prestação dos serviços objeto do presente certame;
- **E.**Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de **capacidade técnica da empresa**, compatível com o objeto licitado, ou seja, que tenha realizado serviço semelhante com o objeto deste edital.

2.1.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;
- **b)** Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"
"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

b1) Para a comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis (sugeridos em informação 003/2022 do Analista do Controle Interno), pela aplicação da seguinte fórmula:

AC
LIQUIDEZ CORRENTE: = índice mínimo: (1,00)
PC
AC + ARLP
LIQUIDEZ GERAL: = índice mínimo: (1,00)

PC + PNC

PC + PNC

GRAU DE ENDIVIDAMENTO: ---- = índice máximo: (0,50)

AT

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante;

- **b2)** é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.
- **b3)** licitantes que utilizam a escrituração contábil digital ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.
- **2.2.**Os documentos constantes dos itens 2.1.2 a 2.1.6 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada (por tabelião ou por funcionário do setor de licitações deste Município), ou documentos com certificação digital e/ou assinatura digital.
- **2.3.** Os documentos relativos ao cadastro poderão ser recebidos pelo e-mail: **sbv.licita@gmail.com**, devendo estes, ser documentos emitidos em meio eletrônico e/ou certificação digital e/ou assinatura digital, onde serão tidos como originais, estando sua validade condicionada a verificação.

3.DA VISITA TÉCNICA





"Terra de Luta e Fé"
"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- **3.1.** A licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA ou Declaração de Conhecimento das Condições no envelope de Habilitação.
- **3.2.** Ao interessado que realizar a respectiva visita técnica será emitida a DECLARAÇÃODE VISITA TÉCNICA firmada por servidor da PREFEITURA MUNICIPAL DESANTANA DA BOA VISTA, comprovando a visita técnica "in loco" da empresa licitante, onde serão executados os serviços, objeto desta licitação, tendo levantado todos os dados técnicos e obtidos os esclarecimentos necessários para a apresentação de sua proposta financeira.
- **3.3.** A visita "in loco" poderá ser feita por um RESPONSÁVEL TÉCNICO da empresa licitante, mediante comprovação de tal condição no ato da visita, através da apresentação da Certidão de Registro da empresa no CREA ou documento equivalente, constando o nome do referido responsável, e sob supervisão de um representante da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA. Não havendo expediente da data marcada, a visita será realizada no primeiro dia útil subsequente, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fato imprevisível.
- **3.4.** Caso a licitante decida pela não realização da Visita Técnica, a licitante deverá apresentar **declaração formal** assinada pelo <u>responsável técnico da empresa</u> (Registrado no CREA), sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros (**Declaração de Conhecimento das Condições do Local**).
- **3.5.** Cada profissional só poderá representar uma única empresa.
- **3.6**Os agendamentos poderão ser feitos no Setor de Planejamento, na Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista, localizada na Rua Independência, nº 374, Santana da Boa Vista ou pelo telefone (053) 32581350. Funcionário responsável pelo acompanhamento na Visita Técnica LEO CARGNIN, Arquiteto.

4. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS:

4.1Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidos pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como de n° 1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE SANTANA DA BOA VISTA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º015/2022
ENVELOPE N.º 01 – HABILITAÇÃO (DOCUMENTAÇÃO)
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"
"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

AO MUNICÍPIO DE SANTANA DA BOA VISTA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º015/2022

ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA

PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

4.2Cada envelope deverá conter a documentação e as informações necessárias ao processamento e julgamento regular da presente licitação, pertinentes as fases de habilitação e de proposta, observando, respectivamente, as determinações constantes nos itens 4, 5 e 6 do presente edital.

5. HABILITAÇÃO:

- **5.1**Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope n.º 01:
 - **5.1.1** Certificado de Registro Cadastral CRC atualizado fornecido pelo Município.
- **5.1.1.1** Se o Certificado de Registro Cadastral CRC do licitante estiver dentro do prazo de validade, mas houver vencido alguma das certidões previstas nos itens 2.1.3 e 2.1.4, poderá apresentar, juntamente ao CRC, a correspondente certidão atualizada.
 - **5.1.2** Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes impeditivos da Habilitação;
- **5.1.3** Declaração de Concordância com o presente Edital de Licitação, de que está consciente e concorda com o objeto do presente edital;
- **5.1.4** Declaração de **Visita Técnica**, assinada por servidor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA, comprovando a visita técnica "*inloco*" da empresa licitante ou **Declaração de Conhecimento das Condições do Local.**
- **5.2**Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.
- **5.3**A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.
- **5.4**As cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 34, da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no





"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

envelope de habilitação, declaração firmada por contador ou representante legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste edital.

- **5.5**A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 5.3, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item 2.1.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- **5.6**O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, no envelope nº 01, ainda que apresentem alguma restrição.
- **5.7**O prazo de que trata o item 5.5 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **5.8**A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 5.5, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 12.5, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

6. PROPOSTA:

6.1O envelope nº 02, deverá conter:

6.1.1 Proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando a composição unitária de preços demonstrando a quantidade de material, mão de obra e encargos trabalhistas, para execução dos serviços objetos desta licitação, onde deverão constar todos os custos com BDI – Benefícios e Despesas Indiretas (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.).

6.1.1.1Na proposta deverá constar:

- a) Nome, razão social, endereço da empresa e número do CNPJ.
- **b)** Nome, RG, CPF, endereço residencial, estado civil e nacionalidade do responsável pela assinatura do Contrato;
- c) Número da Conta Corrente, da Agência e do Banco em que será efetuado o pagamento.
- **d)**O prazo de validade mínima da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data aprazada para a entrega dos envelopes;
- e)PREÇO GLOBAL proposto, especificando separadamente o preço do material e da mão-de-obra.





"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- **f)** PLANILHA DE ORÇAMENTO GLOBAL, onde deverão constar os quantitativos, preços unitários e totais dos valores que compõem o preço final, indicando separadamente os preços de material e mão-de-obra.
 - g) Prescrição completa do serviço ofertado, com todas as especificações da obra;
- h)Especificar textualmente na Proposta que no preço global proposto estão inclusos todos os impostos, taxas, contribuições decorrentes de leis sociais, fretes, serviços, mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, materiais, produtos, despesas e demais encargos necessários a perfeita execução e fiscalização da obra objeto da presente licitação, que possam acarretar ônus ao Município, especificados ou não neste Edital.
- i) deverá ser impressa em papel timbrado da proponente, em uma via, digitada, escrita em português, sem emendas, entre linhas ou rasuras, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa fazendo referência ao número e modalidade da licitação.
- **6.2** Não serão consideradas as propostas enviadas via e-mail.

Observação 1: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

Observação 2: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE:

7.1Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou globais superestimados ou inexequíveis.

8. JULGAMENTO:

8.1. Esta licitação é do tipo menor preço o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço para a aquisição do objeto licitado.

9. CRITÉRIO DE DESEMPATE:

9.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem aos itens 5.4 e 5.5, deste edital.

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista



"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- **9.2.** Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.
- **9.3**A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.
- 9.4 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 3 (três) dias, nova proposta, por escrito e de acordo com o item 5 desse edital, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- **b)** Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem nas hipóteses dos itens 5.4 e 5.5 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e forma prevista na alínea "a".
- c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.
- **9.5**Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 9.4 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- **9.6**O disposto nos itens 9.4 e 9.5 deste edital, não se aplicam às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências dos itens 5.4 e 5.5 deste edital), aplicando-se de imediato o item 9.7, se for o caso.
- **9.7**As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o disposto no §2º do art. 3º e §2º do art. 45, nesta ordem, ambos da Lei nº 8.666/1993.

10. RECURSOS:

- **10.1**Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.
- **10.2**O prazo para interposição de recurso relativo as decisões da Comissão de Licitação, ao julgamento da habilitação e da proposta, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão objeto do recurso.

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista



"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- **10.3**Os recursos, que serão dirigidos à Comissão de Licitação, deverão ser protocolados, dentro do prazo previsto no item 10.2, no Gabinete do Prefeito, durante o horário de expediente, que se inicia às 08hs e se encerra às 14hs.
- **10.4**Havendo a interposição tempestiva de recurso, os demais licitantes serão comunicados para que, querendo, apresentem contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e na forma prevista no item 10.3.
- **10.5**Não serão aceitos recursos ou contrarrazões apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto no item 10.3.
- **10.6**Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Prefeito, acompanhado dos autos da licitação, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.
- **10.7**A decisão do Prefeito, a ser proferida nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir da Comissão de Licitação, é irrecorrível.
- **10.8**Os prazos previstos nos itens 10.6 e 10.7 poderão ser prorrogados, a critério da Administração, sempre que for necessário para o adequado julgamento do recursos, como, por exemplo, para a realização de diligências. A prorrogação deverá ser devidamente justificada nos autos da licitação.
- **10.9.** Havendo renúncia expressa de todas as licitantes, relativa à interposição de recursos referente do resultado do julgamento da documentação de habilitação, a abertura dos envelopes das propostas comerciais dar-se-á imediatamente após o julgamento dos Envelopes 01, caso contrário, a abertura dos envelopes relativos às propostas comerciais dar-se-á após transcurso do prazo previsto no art. 109 da lei n°8.666/93.
- **10.10.** No caso de haver inabilitação de qualquer licitante, importará a preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes, devolvendo-se o Envelope nº. 02 devidamente lacrado, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação, (em caso de envelopes fechados fica a retirada do mesmo a critério da empresa);
- **10.11.** A renúncia do direito de interpor recursos deverá ser formalizada em declaração escrita (conforme modelo III), conjunta ou individual, de todas as licitantes, que passará a integrar a documentação do processo licitatório, sem prejuízo de sua consignação em ata;
- **10.12.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido ao disposto no §2º do art. 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente conforme descrito no § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93;

11. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO





"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- **11.1**Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias, para convocar o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 12.5 deste edital.
- 11.2 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação, conforme previsão do art. 64 da 8.666/93.
- **11.3** É condição para assinatura do contrato que a licitante vencedora do certame não tenha débitos com o Município de Santana da Boa Vista;
- **11.4** O prazo de **vigência do contrato** será pelo **período de um ano** a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período até a finalização e entrega do objeto.
- 11.5 Para fins de assinatura do contrato a empresa vencedora deverá **demonstrar os profissionais** que farão parte da equipe que atuará para a execução dos serviços a ser contratado.
- 11.5.1 Prova do vínculo do funcionário com a empresa licitante, conforme subitem 11.5, no caso de empregado anexar cópia autenticada da CTPS; no caso de sócio anexar cópia do Contrato Social e alterações; no caso de contratado anexar contrato de prestação de serviços;

12. PENALIDADES:

- **12.1.** Pelo inadimplemento das obrigações seja na condição de participante do processo ou de contratante, as licitantes conforme a infração, estará sujeita às seguintes penalidades:
- **12.2** Até 05 (cinco) dias, multa de 0,33% (Zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;
- **12.3** Superior a 05 (cinco) dias, multa de 0,50% (Zero vírgula cinquenta por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;
- **12.4** Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);
- **12.5** Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).
- **12.6** identificados documentos ou informações falsas na instrução do procedimento licitatório, será aplicada a pena de declaração de inidoneidade pelo prazo de 2 (dois) anos.



"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

12.7 Nenhum pagamento será efetuado pela administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.8 As multas serão calculadas sobre o valor do contrato.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

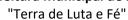
- 13.1. O pagamento será realizado após a apresentação da nota fiscal que deverá constar os serviços efetivamente prestados, contendo o atesto do servidor responsável. As medições serão por eventos e somente serão pagos os eventos completamente concluídos.
- 13.2. A nota fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do serviço e liberação do documento fiscal para pagamento.
- 13.3 Serão realizadas retenções na fonte do IR sobre os pagamentos, conforme Decreto nº 3.471/2022 (ANEXO V).

14. DA EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA

- 14.1 O serviço, objeto deste certame, será executado no trecho do pórtico em direção ao centro do Parque Toca da Tigra até o início da pavimentação existente, próximo a Cancha de bocha, em Santana da Boa Vista – RS, conforme projeto técnico, as especificações, exigências e condições previstas no presente edital e nos demais anexos.
- 14.2 Deve-se, também, observar as exigências e recomendações técnicas e profissionais relativas a eventos desta natureza.
- 14.3 A entrega do serviço deverá obedecer ao cronograma em anexo a este documento, junto ao Município de Santana da Boa Vista - RS, pela empresa vencedora do certame.
- 14.4Concluída a execução do serviço, a empresa executora da obra comunicará à Prefeitura Municipal, afim que se realize o respectivo Termo de Recebimento Provisório.
- 14.5 O Termo de Recebimento Provisório será lavrado em até 15 (quinze dias) após o recebimento da comunicação da empresa executora e subscrita pelo Fiscal Responsável.
- 14.5 Havendo restrições no serviço entregue, a empresa executora da obra deverá reparálas e/ou corrigi-las de imediato e às suas expensas.
- 14.6 Não havendo restrições na obra entregue ou procedidas as devidas correções, a Prefeitura emitirá o Termo de Recebimento Definitivo da Obra, o qual deverá ser subscrito pelo Fiscal Responsável e pelo representante da empresa executora da obra.

15. DO PRAZO DE GARANTIA DA OBRA CONCLUIDA





"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

15.1 Da responsabilidade civil dos licitantes: a empresa licitante vencedora responderápelo prazo de **05 (cinco) anos**, pela execução da obra em sua solidez e segurança, combase no art. 618 do Código Civil.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

16.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 1011 — Pavimentação de Ruas e Passeios Públicos, Despesa 381, Fonte de Recurso 001, Código 4.4.90.51.00.00.00 — Obras e Instalações, Despesa 382, Fonte de Recurso 1102, Código 4.4.90.51.00.00.00 — Obras e Instalações.

17. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- **17.1**A impugnação ao edital será feita na forma do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, observando-se as seguintes normas:
- a) o pedido de impugnação ao edital poderá ser feito por qualquer cidadão, devendo ser protocolizado até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes.
- **b)** os licitantes poderão impugnar o edital até o 2º (segundo) dia útil antecedente a data marcada para o recebimento dos envelopes.
- c) os pedidos de impugnação ao edital serão dirigidos à Comissão de Licitação, devendo ser protocolado no Gabinete do Prefeito, durante o horário de expediente, que se inicia às 08 h. e se encerra às 14h.
- **d)** não serão recebidos como impugnação ao edital os requerimentos apresentados fora do prazo ou por qualquer outro meio além do previsto na alínea anterior.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **18.1**Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/1993.
- **18.2**Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.
- **18.3**Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados, na forma do item **5.2**desse edital, e os membros da Comissão Julgadora.

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista



"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- **18.3.1**Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, *a* e *b*, da Lei nº 8.666/1993).
- **18.4** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.
- **18.5** A fiscalização do contrato e controle da execução é de responsabilidade da contratante, através do fiscal designado, que verificara todas as ocorrências e comunicará a contratante, por escrito, sobre quaisquer irregularidades.
- **18.6** Todos os encargos sociais, fiscais, para fiscais, taxas, emolumentos que recaírem sobre o contrato ou decorrerem de seu objeto, serão de inteira responsabilidade da contratada, assegurando o contratante o direito de qualquer tempo, examinar os documentos relativos aos cumprimentos dessas obrigações, bem como fiscalizar e exigir os atendimentos das normas legais de natureza fiscal e trabalhista.
- **18.7**Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:
- Anexo I Termo de Referência, Memorial Técnico, Cronograma, Planilhas e Plantas
- **Anexo II** –Minuta do Contrato
- Anexo III Termo de Renuncia
- Anexo IV MODELO- Atestado de Visita Técnica

Anexo V – Decreto 3.471/2022

Santana da Boa Vista, 05 de Outubro de 2022.

Este Edital foi examinado e aprovado

pela Procuradora Jurídica

GARLENO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista

LUCIANE VIEIRA SILVA PROCURADORA JURÍDICA OAB-RS. 37.500



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé" "Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

ANEXO I

Termo de Referência, Memorial Técnico, Cronograma, Planilhas e Plantas

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Pavimentação trecho do pórtico em direção ao centro do Parque Toca da Tigra até o início da pavimentação existente, próximo a Cancha de bocha em Santana da Boa Vista — RS, pavimentação a ser feita com blocos intertravados de concreto e revestimento de concreto em passeio público, nos trechos apresentados no projeto técnico em Santana da Boa Vista — RS

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Pavimentação trecho da Estrada Rural Toca da Tigra, pavimentação a ser feita com blocos intertravados de concreto e revestimento de concreto em passeio público, nos trechos apresentados no projeto técnico em Santana da Boa Vista — RS, conforme descrição abaixo e memorial técnico construtivo em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA
1	Pavimentação trecho do pórtico Parque Toca da Tigra até a pavimentação existente, pavimentação a ser feita com blocos intertravados de concreto, no trecho compreendido entre as seguintes coordenadas: Início: 30°51'57.25"S e 53°5'39.34"O – Fim: 30°51'58.39"S e 53°5'28.56"O em Santana da Boa Vista – RS.	m²	3576,75m²	R\$ 519.138,57

JUSTIFICATIVA

Atender à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Viação de forma célere, tendo em vista que existe uma necessidade de pavimentação do trecho do pórtico Parque Toca da Tigra até a pavimentação existente.

DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA

Trecho do Parque Toca da Tigra até a pavimentação existente, em Santana da Boa Vista – RS, conforme projeto técnico.

FORMA DE PAGAMENTO

Após a apresentação da nota fiscal que deverá constar os serviços efetivamente prestados, contendo o atesto do servidor responsável. As medições serão por eventos e somente serão pagos os eventos completamente concluídos.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- A contratante deve cumprir todas as obrigações constantes deste projeto básico, no contrato firmado e sua proposta.

- Efetuar entrega em perfeitas condições conforme especificações, prazo e local constante no projeto básico e proposta e com respectiva nota fiscal.
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no edital.
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste documento, o objeto com avarias ou defeitos.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato.
- Verificar minunciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens ou serviços recebidos provisoriamente com especificações conforme este documento e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar a contratada por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto OU SERVIÇO fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- -Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor designado;
- -Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento, no prazo e forma estabelecida no edital e seus anexos.

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado um Servidor da Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista para acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

VIGÊNCIA DO CONTRATO E ÓRGÃOS PARTICIPANTESA vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período até a finalização e entrega do objeto do convênio e a partir de quando as obrigações serão exigíveis;

FISCALIZAÇÃOO responsável técnico pela fiscalização do objeto será o Arquiteto Léo Carlos Cargnin, CAU nº A12422-2, conforme RRT nº 12156037

Márcio Juner Oliveira Teixeira

Secretário Municipal de Obras e Viação



"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

MEMORIAL TÉCNICO CONSTRUTIVO

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM ZONA URBANA

TIPO DE SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO

LOCAL: ESTRADA TOCA DA TIGRA MUNICÍPIO: SANTANA DA BOA VISTA

APRESENTAÇÃO

O presente memorial descritivo refere-se a obra de pavimentação da Estrada Toca da Tigra, pavimentação a ser feita com blocos intertravados de concreto, no trecho compreendido entre as seguintes coordenadas: Início: 30°51'57.25"S e 53°5'39.34"O – Fim: 30°51'58.39"S e 53°5'28.56"O em Santana da Boa Vista – RS.

Considerando-se ainda que é essencial a visitação aos locais onde serão executados os serviços, para que as empresas possam conhecer as particularidades da obra, dimensionar os serviços, verificar suas condições técnicas, planejar a execução do objeto deste projeto e formular suas propostas, constitui-se condição indispensável para a execução do presente projeto a visita técnica, a qual deverá ser realizada pelo profissional técnico ligado à empresa. A visita técnica para conhecimento das condições e locais da realização dos serviços deverá ser realizada antes da assinatura do contrato, devendo a visita ser previamente agendada, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços. Não haverá vistoria sem prévio agendamento. O agendamento para a visita técnica deverá ser marcado via telefone (53) 3258-1350.

SERVICOS PRELIMINARES

Para início das obras deverá ser feita a topografia de campo seguindo orientações do projeto, definindo o posicionamento exato dos meios-fios a serem implantados e os níveis necessários para melhor execução do projeto.

O estaqueamento deverá ser executado em perfis distanciados conforme documentos técnicos, com distância não superior a 10m (dez metros).

Os serviços de marcação de níveis e locação da via ficarão a cargo da empresa contratada, cabendo aos técnicos da Prefeitura fornecerem alguma informação complementar necessária.

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

A sinalização da obra deverá ser feita com malha plástica para isolar as áreas

onde estiver sendo executado o calçamento, sob responsabilidade da empresa

contratada.

Junto ao início do trecho, ficará exposta a placa da obra no modelo padrão.

Também presente no campo de obras deverá estar um jogo de plantas e memorial

descritivo com a via de responsabilidade técnica do executor dos serviços (ART).

Deverá estar presente um mestre de obras durante todo o período da obra e

um Engenheiro Civil deverá estar presente na obra nos principais eventos e no

período das medições, a fim de garantir a qualidade dos serviços executados e o

cumprimento do cronograma da obra.

Todos os materiais e serviços a executar deverão satisfazer as exigências da

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

TERRAPLENAGEM

A pavimentação se dá em uma via consolidada e o atual leito está

praticamente no nível de projeto, pronto para receber a camada de areia e o

pavimento. Não deverão ser feitos cortes nem aterros substanciais, apenas uma

regularização para adequar a situação existente à projetada.

Toda escavação deverá obedecer à profundidade e a largura de remoção em

função do pavimento projetado.

A escavação deverá ser a menor possível para um melhor aproveitamento do

leito existente, considerando que o perfil existente praticamente define a cota do

pavimento, pois se trata de uma via existente e com trânsito.

Os aterros, caso necessários, deverão ser de material de boa qualidade,

compactados em camadas de 20 a 25cm, sucessivamente em toda a largura da seção

transversal.

O greide final da rua não poderá ser superior ao greide definido em projeto,

sendo que parte da extensão da estrada já possui calçamento, a pavimentação a ser

executada deverá ser perfeitamente interligada. Toda a terra, proveniente de

escavações, que vier a ser retirada, será colocada em outro local definido pela

Prefeitura Municipal. Após a remoção de qualquer camada do terreno, este deverá

ser compactado mecanicamente.

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

DRENAGEM PLUVIAL

A drenagem será superficial e a água escorrerá pelas sarjetas atuais,

características da atual via.

ASSENTAMENTO DE GUIAS DE CONCRETO

O meio fio, também denominado quia, será em concreto simples, com

resistência mínima a compressão de 20Mpa, com seção trapezoidal nas dimensões

100x15x13x30cm. O meio fio será assentado de forma convencional, de modo que a

altura livre entre o topo do meio fio e o pavimento acabado não ultrapasse 15cm.

Deverão ser abertas valas conforme as dimensões das guias, as valas deverão

ter o fundo regularizado e compactado. As guias deverão ser rejuntadas com

argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

EXECUÇÃO DA BASE PARA PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS

INTERTRAVADOS

Para execução da base é necessário a regularização e compactação do subleito

da via.

Deverá ser executado um lastro de areia grossa na espessura de 12,0 cm para

posterior assentamento dos blocos de concreto.

PAVIMENTAÇÃO DA VIA COM BLOCOS INTERTRAVADOS

Sobre o lastro de areia deverão ser assentados os blocos intertravados de

concreto de 16 faces com espessura de 8 cm de maneira uniforme, com as faces de

uso para cima obedecendo à inclinação transversal recomendada, de forma que a

altura do colchão de areia adicionada o do bloco não seja inferior a 18 cm ou superior

a 25 cm.

Os blocos intertravados para a pavimentação deverão ser de concreto 35MPA

de 16 faces, com certificação de fábrica, mostrando uma distribuição uniforme dos

materiais constituintes e estarem isentos de trincas, falhas, materiais em

desagregação ou quebradiços, aparelhadas de modo que a face superior ou de uso

apresente uma superfície plana.

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

Antes do assentamento, haverá uma análise preliminar do material posto em

obra, quanto a sua qualificação. Serão recusados mesmo depois do assentamento,

os blocos que não preencherem as condições especificadas, devendo a empreiteira

substituir os mesmos.

A empreiteira deverá executar, inicialmente, um trecho contínuo de dez

metros no mínimo. Esse, uma vez aprovado pela fiscalização, servirá de parâmetro

para o restante da obra.

Na execução da pavimentação, deverão ser locadas longitudinalmente, linhas

de referência, uma no centro e duas nas laterais da via, com estacas fixadas de 10

em 10 metros, obedecendo ao abaulamento definido no projeto. As seções

longitudinais serão dadas por linhas que se deslocam conforme o abaulamento

necessário referenciado pelas sarjetas ou cotas correspondentes, nos acostamentos

ou guias. O assentamento deverá progredir dos bordos para o centro e as fiadas

deverão ser retilíneas e normais ao eixo da pista. A superfície do calçamento não

deverá apresentar, sob uma régua de 2,50 a 3,00 metros de comprimento disposta

paralelamente ao eixo longitudinal do pavimento, depressão superior a 1,5 cm entre

a face inferior da régua e a superfície do calçamento.

As juntas deverão ser preenchidas com pó de brita e depois de varrido e

removido o excesso, o calçamento deverá ser compactado de forma mecânica por

meio de placa vibratória (Placa vibratória com força centrífuga 25kn, potência 5,5cv),

progredindo, sempre transversalmente ao eixo da rua.

Depois de concluída a compactação, as juntas deverão ser novamente cheias

e o excesso de pó de brita retirado, podendo o calçamento ser entregue ao tráfego.

O pavimento pronto deverá ter a forma definida pelos alinhamentos, perfis,

dimensões e seção transversal típica estabelecida pelo projeto.

SERVIÇOS FINAIS

Após a execução dos serviços, a obra deverá ser limpa e livre de entulhos. A

via será considerada entregue ao tráfego somente depois de concluída e sinalizada,

mediante parecer da fiscalização.

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

A medição dos boletins da obra será feita pelos profissionais técnicos encarregados da Prefeitura Municipal juntamente com o Engenheiro da Contratada. A medição será feita por unidade conforme consta na planilha orçamentária da obra, só serão medidos, e ou pagos, itens que já estiverem instalados e em perfeitas condições de usabilidade.

A empresa deverá solicitar a medição através de um ofício endereçado a Prefeitura Municipal, acompanhado da planilha de medição desejada e a primeira medição e seu respectivo pagamento só será realizado após a instalação da placa da obra.

OBSERVAÇÕES

As normas, projetos de normas e especificações aprovadas pela ABNT, bem como toda a legislação em vigor, referentes a obras de infraestrutura urbana, inclusive sobre segurança do trabalho, será parte integrante deste memorial, como se nelas estivessem transcritas.

Estas especificações são complementadas pelos projetos e detalhes de execução, devendo ser integralmente obedecidas.

Em caso de divergências, prevalecerão:

- As especificações estabelecidas sobre os desenhos;
- As cotas assinaladas sobre as dimensões medidas em escalas;
- Os desenhos de maior escala sobre os de menor escala.

São de responsabilidade da construtora:

- As licenças e suas prorrogações.
- A ART de execução.
- Todas as providências junto aos órgãos públicos, institutos de previdência e concessionárias de serviços públicos, cumprindo quaisquer formalidades e sanções exigidas, desde que digam respeito à obra ou a sua execução.

	Santana da Boa Vista, 11 de julho de 2022.
	_
Léo Carlos Cargnin	Garleno Alves da Silva
Arguiteto – CAU A12422-2	Prefeito Municipal



Usuário: LEO CARLOS MACUCO CARGNIN

CPF: 412.376.330-87

Sair do Sistema 303/10/2022 12:38 - v.3.9.4-b5620449

112.37 0.330 07			03/10/20
Cadastramento	Programas	Propostas	Execução
🔽 Inf. Gerenciais	Cadastros	🔽 Acomp. e Fiscalização	Prestação de Contas
Administração	TCE	Verificação de Regularidade	

Projeto Básico / Termo de Referência

53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

▶ Convênio 915991/2021



DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

88.141.460/0001-80 - MUNICIPIO DE SANTANA DA BOA VISTA

Voltar

Versão: 3

 Dados Básicos
 Anexos
 Responsável Técnico
 Documentação Complementar
 QCI
 PO/CFF
 LAE
 SPA

 Quadro Resumo
 VOLTAR

Dados Gerais Eventos Frentes de Obra PO PLQ CFF

Visão das Frentes de Obra por Evento

N° do Evento	Título do Evento		Nº da Frente de Obra	Frente de Obra	Nº do Período de Conclusão do Evento		
			1	frente 1	1		
			2	frente 2	1		
			3	frente 3	2		
1					4	frente 4	3
I	pavimentação toca	-	5	frente 5	4		
			6	frente 6	5		
			7	frente 7	6		
			8	frente 8	6		

Cronograma Físico-Financeiro

Nº do Período de Conclusão do Evento	Percentual Parcela	Valor Parcela	Percentual Acumulado	Valor Acumulado
1	27,83%	R\$ 144.494,26	27,83%	R\$ 144.494,26
2	13,81%	R\$ 71.680,55	41,64%	R\$ 216.174,81
3	15,19%	R\$ 78.850,19	56,83%	R\$ 295.025,00
4	12,69%	R\$ 65.872,65	69,52%	R\$ 360.897,65
5	12,07%	R\$ 62.640,54	81,58%	R\$ 423.538,19
6	18,42%	R\$ 95.600,38	100,00%	R\$ 519.138,57



Usuário: LEO CARLOS MACUCO CARGNIN

CPF: 412.376.330-87

Sair do Sistema 303/10/2022 12:38 - v.3.9.4-b5620449

			03/10/20
Cadastramento	Programas	Propostas	Execução
🔽 Inf. Gerenciais	Cadastros	🔽 Acomp. e Fiscalização	Prestação de Contas
Marinistração Administração	TCE	Verificação de Regularidade	

Projeto Básico / Termo de Referência

53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

▶ Convênio 915991/2021



DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

88.141.460/0001-80 - MUNICIPIO DE SANTANA DA BOA VISTA

Voltar

Versão: 3

 Dados Básicos
 Anexos
 Responsável Técnico
 Documentação Complementar
 QCI
 PO/CFF
 LAE
 SPA

 Quadro Resumo
 VOLTAR

Dados Gerais Eventos Frentes de Obra PO PLQ CFF

Planilha Orçamentária

Item		Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
1	-		ADMINISTRAÇÃO LOCAL							R\$ 4.700,69	
1.1		Composição - PMSBV - 001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1,00	UN	R\$ 3.906,96	R\$ 3.900,00	20,53 %	R\$ 4.700,67	R\$ 4.700,69	Q
2	-		PLACA DE OBRA							R\$ 1.675,37	
2.1		Composição - PMSBV - 007	PLACA DE OBRA	1,00	UN	R\$ 1.395,50	R\$ 1.390,00	20,53 %	R\$ 1.675,37	R\$ 1.675,37	Q

Total: R\$ 519.138,57

Valor não utilizado (QCI): R\$ 0,00

Item		Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
3	-		SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ 726,00	
3.1		SINAPI - 99064	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF_10/2018	1.210,00	М	R\$ 0,54	R\$ 0,50	20,53 %	R\$ 0,60	R\$ 726,00	Q
4	-		PAVIMENTAÇÃO							R\$ 512.036,51	
4.1		SINAPI - 100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	3.576,81	M2	R\$ 2,16	R\$ 2,00	20,53 %	R\$ 2,41	R\$ 8.620,11	Q
4.2		Composição - PMSBV - 002	EXECUÇÃO DE VIA EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACESDE 22 X 11CM, ESPESSURA 8CM. AF_12/2015	3.576,81	M2	R\$ 102,23	R\$ 102,00	20,53 %	R\$ 122,94	R\$ 439.733,01	Q
4.3		SINAPI - 94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ- FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	1.089,35	М	R\$ 50,26	R\$ 48,50	20,53 %	R\$ 58,46	R\$ 63.683,39	Q
									Total:	R\$ 519.138,57	
							Valo	r não utili	zado (QCI):	R\$ 0,00	



COMPOSIÇÕES

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	DESONERADO	NÃO DESONER
PMSBV	001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN.		0,00	3.906,96
SINAPI	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	н	24	0,00	114,57
SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	н	24	0,00	48,22

PMSBV	002	EXECUÇÃO DE VIA EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 x 11 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	M2		0,00	102,23
SINAPI	88260	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	н	0,308	0,00	20,05
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Н	0,308	0,00	18,84
SINAPI	91277	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015	СНР	0,0055	0,00	10,55
SINAPI	91278	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHI DIURNO. AF_08/2015	CHI	0,1485	0,00	0,54
SINAPI	91283	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1") - CHP DIURNO. AF_08/2015	СНР	0,0135	0,00	11,42
SINAPI	91285	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1") - CHI DIURNO. AF_08/2015	СНІ	0,1405	0,00	0,92
SINAPI-I	370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,12	0,00	69,00
SINAPI-I	4741	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M3	0,0085	0,00	57,69
SINAPI-I	36170	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, *22 CM X 11* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL	M2	1,0144	0,00	53,00
SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	мзхкм	3,6	0,00	1,64
SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	мзхкм	3,61	0,00	0,65
SINAPI	100947	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	5,76	0,00	1,73
sinapi	100948	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM), AF. 07/2020	TXKM	13,44	0,00	0,68

PMSBV	007	PLACA DE OBRA	UN		0,00	1.395,50
SINAPI-I	4417	SARRAPO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	М	1	0,00	4,32
SINAPI-I	4491	PONTALETE *7,5 X 7,5 * CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	М	4	0,00	6,25
SINAPI-I	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	M2	4,5	0,00	225,00
SINAPI-I	5075	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,11	0,00	20,73
SINAPI	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	н	1	0,00	22,53
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	н	0,66	0,00	18,84
SINAPI	94962	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	мз	0,99	0,00	335.5

15/08/2022

Data

Responsável Técnico:

A12422-2



Quadro de Composição do BDI 1

Grau de Sigilo **#PUBLICO**

Nº TC/CR PROPONENTE / TOMADOR 1075608-60 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA **OBJETO**

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO DESONERAÇÃO Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas Não

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: 100.00% Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): 3,00%

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	3,00%	-	3,80%	4,01%	4,67%
Seguro e Garantia	SG	0,80%	-	0,32%	0,40%	0,74%
Risco	R	0,80%	-	0,50%	0,56%	0,97%
Despesas Financeiras	DF	1,00%	-	1,02%	1,11%	1,21%
Lucro	L	6,50%		6,64%	7,30%	8,69%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	9 2	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	ок	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,53%	ок	19,60%	20,97%	24,23%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)BDI.PAD = (1-CP-ISS)

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas, é de 100%, com a respectiva alíquota de 3%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

0	ose	en	va	Ç	ŏе	S																																			
																																			Ī			Ĩ			

SANTANA DA BOA VISTA/RS

Local

Responsável Técnico

Nome: Título: LÉO CARLOS MACUCO CARGNIN

CREA/CAU: A12422-2 ART/RRT: 12156037

ARQUITETO

segunda-feira, 11 de julho de 2022

Data

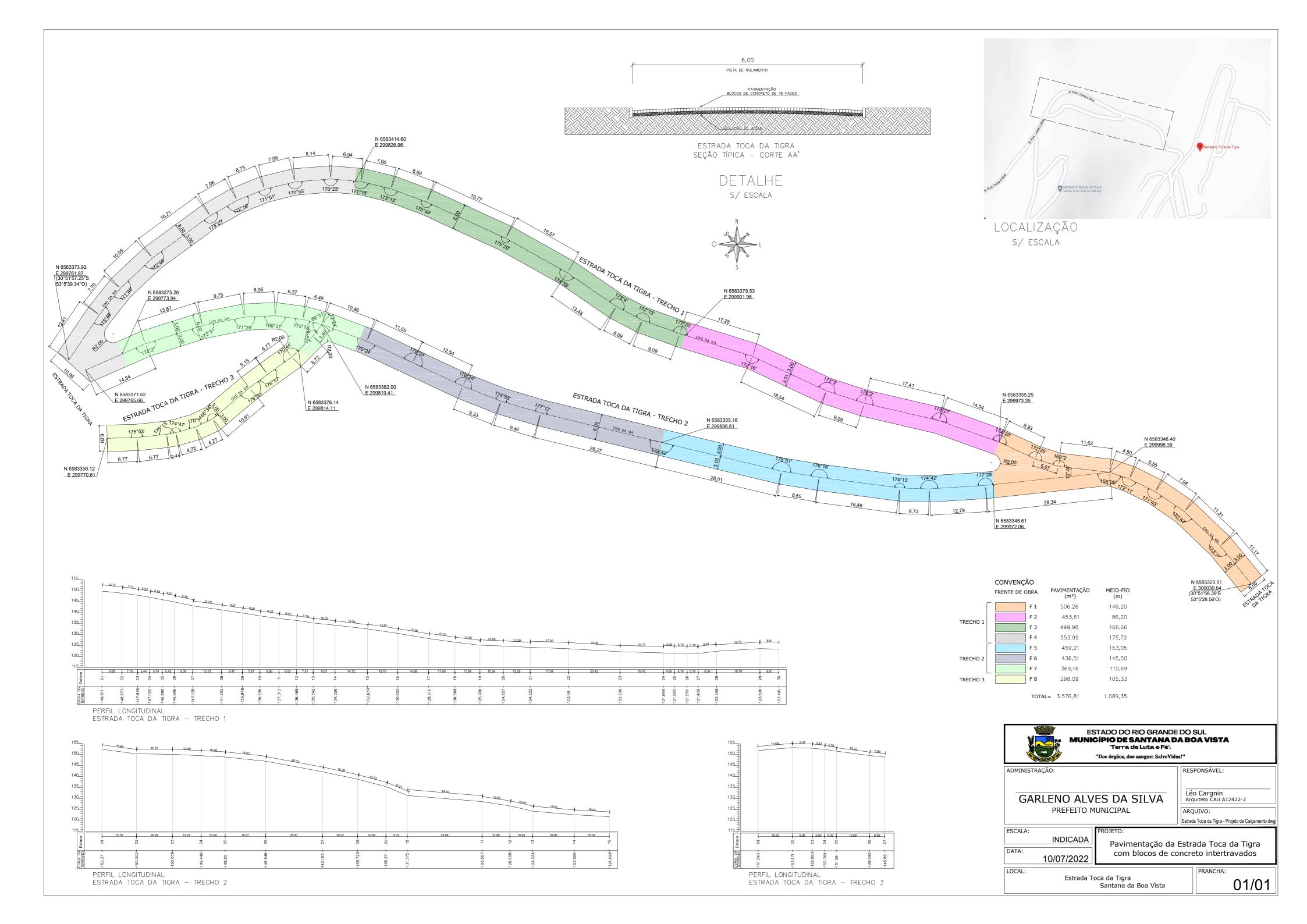
Responsável romador

Nome:

GARLENO ALVES DA SILVA

Cargo:

PREFEITO MUNICIPAL







Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT 12156037



Verificar Autenticidade

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: LEO CARLOS MACUCO CARGNIN

Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 412.XXX.XXX-87

Nº do Registro: 000A124222

2. DETALHES DO RRT

№ do RRT: SI12156037I00CT001 Data de Cadastro: 11/07/2022

Data de Registro: 13/07/2022

Tipologia: Público

Modalidade: RRT SIMPLES Forma de Registro: INICIAL

Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$108,69

Pago em: 12/07/2022

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

Tipo: Órgão Público

Valor do Serviço/Honorários: R\$1,00

CPF/CNPJ: 88.XXX.XXX/0001-80 Data de Início: 01/11/2022

Data de Previsão de Término:

01/05/2023

3.1.1 Dados da Obra/Serviço Técnico

CEP: 96590000 Nº: 374

Logradouro: INDEPENDENCIA Complemento:

Bairro: CENTRO Cidade: Santana da Boa Vista

UF: RS Longitude: Latitude:

3.1.2 Descrição da Obra/Serviço Técnico

projeto de pavimentação da estrada toca da tigra, junto ao balneário

3.1.3 Declaração de Acessibilidade

Declaro a não exigibilidade de atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme $\S 1^\circ$ do art. 56 da Lei n° 13.146, de 06 de julho de 2015.

3.1.4 Dados da Atividade Técnica

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.1.2 - Projeto arquitetônico

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.9.1 - Projeto de movimentação de terra, drenagem e pavimentação

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.10.1 - Memorial descritivo

Grupo: PROJETO

Quantidade: 3576.75 Unidade: metro quadrado

Quantidade: 3576.75 Unidade: metro quadrado

Quantidade: 3576.75 Unidade: metro quadrado

Quantidade: 3576.75

www.caubr.gov.br Página 1/2

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT 12156037



Verificar Autenticidade

Atividade: 1.10.3 - Orçamento Unidade: metro quadrado

Grupo: PROJETO Quantidade: 3576.75

Atividade: 1.7.3 - Orçamento Unidade: metro quadrado

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

№ do RRT Contratante Forma de Registro Data de Registro

SI12156037I00CT001 Prefeitura Municipal de Santana da Boa INICIAL 11/07/2022

Vista

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista LEO CARLOS MACUCO CARGNIN, registro CAU nº 000A124222, na data e hora: 11/07/2022 09:21:05, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural **(LGPD)**

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, ou via QRCode.

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, ou via QRCode. Documento Impresso em: 29/09/2022 às 10:21:59 por: siccau, ip 10.128.0.1.

www.caubr.gov.br Página 2/2



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé" "Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO nº xx/2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A PAVIMENTAÇÃO NO TRECHO DO PÓRTICO EM DIREÇÃO AO CENTRO DO PARQUE TOCA DA TIGRA ATÉ O INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE, PRÓXIMO A CANCHA DE BOCHA,EM SANTANA DA BOA VISTA/RS

OMUN	IICIPIO DE SANT	ANA DA	BOA VIS	51A - KS,	inscrite	no CNI	'J/MIF
sob o nº 88 141	460/0001-80, com s	ua sede ad	lministrat	iva na Rua	Indep	endência	, 374,
Centro, Santana	da Boa Vista - RS,	neste ato r	epresenta	ido pelo Pi	refeito	Municip	al, Sr.
Garleno Alves I	Da Silva, brasileiro,	residente e	domicil	iado		_, portac	lor do
CPF nº	, C.I nº		, doravai	nte denom	inado,	simplesr	nente,
CONTRATAN	ΓE,e de outro lado	a firma				_, inscr	ita no
CNPJ/MF sob	o n.º			, Inse	crição	Estadua	al n.º
	, com			le ad			
	,	neste a	ito repr	esentada	pelo	(a) S1	: (a)
	, estado	civil, pr	ofissão,	endereço,	porta	dor do	CPF
N°	, C.I. N.º		,	de ora en	n diant	e denom	iinado
simplesmente Co	ONTRATADA, têm	justo e aco	ordado o j	presente ins	strumei	nto, em r	egime
de empreitada 1	por preço global, ₁	provenient	e de pro	cesso licit	tatório	originár	rio da
modalidade Tor	nada de Preço nº	015/2022,	regida j	pela lei 8	.666/93	e alter	rações
posteriores, hom	ologado pelo repre	sentante d	o CONT	RATANT	E em	data de	/
/2022, mediante	as seguintes cláusula	as e condiç	ões:				

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- **1.1** -Contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia para a Pavimentação do trecho do pórtico em direção ao centro do Parque Toca da Tigra até o início da pavimentação existente, próximo a Cancha de bocha, no Município de Santana da Boa Vista-RS, conforme Termo de Referência, Memorial descritivo e demais anexos do edital.
- **1.2** Os serviços descritos no item anterior serão executados pela CONTRATADA em regime de empreitada global, cujos ônus de execução, financeiro, fiscais e tributários serão de responsabilidade, exclusiva, da CONTRATADA.
- 1.3 O objeto deste contrato está vinculado ao resultado do processo licitatório, modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 015/2022, e também, à respectiva proposta de preços emitida pela CONTRATADA.



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"
"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

1.4 Para fins de assinatura do contrato a empresa vencedora deverá **demonstrar os profissionais** que farão parte da equipe que atuará para a execução dos serviços a ser contratado.

1.4.1 Prova do vínculo do funcionário com a empresa licitante, no caso de empregado – anexar cópia autenticada da CTPS; no caso de sócio – anexar cópia do Contrato Social e alterações; no caso de contratado – anexar contrato de prestação de serviços;

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO
2.1 - A vigência deste contrato será pelo período de um ano, com início em de 2022 à de 2023. Podendo ser prorrogado por igual período até
finalização e entrega do objeto.
CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR
3.1 – Valor do presente contrato é de R\$().

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

- **4.1**O serviço, objeto deste certame, será executado no trecho do pórtico em direção ao centro do Parque Toca da Tigra até o início da pavimentação existente, próximo a Cancha de bocha, em Santana da Boa Vista RS, conforme projeto técnico, as especificações, exigências e condições previstas no edital e nos demais anexos.
- **4.2**Deve-se, também, observar as exigências e recomendações técnico-profissionais relativas a eventos desta natureza.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA

- **5.1**Concluídos os serviços, a empresa executora da obra comunicará à Prefeitura, afim que se realize o respectivo Termo de Recebimento Provisório.
- **5.2**O Termo de Recebimento Provisório será lavrado em até quinze dias após o recebimento da comunicação da empresa executora e subscrita pelo Fiscal do Contrato.
- **5.3**Havendo restrições nos serviços entregues, a empresa executora da obra deverá reparálas e/ou corrigi-las de imediato e às suas expensas.
- **5.4**Não havendo restrições nos serviços entregues ou procedidas as devidas correções, a Prefeitura emitirá o Termo de Recebimento Definitivo da obra, o qual deverá ser subscrito pelo Fiscal do Contrato e pelo representante da empresa executora da obra.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"
"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- **6.1**O pagamento será realizado após a apresentação da nota fiscal que deverá constar os serviços efetivamente prestados, contendo o atesto do servidor responsável. As medições serão por eventos e somente serão pagos os eventos completamente concluídos.
- 6.2 -As despesas decorrentes deste contrato correrão, por conta da seguinte Dotação Orçamentária:1011 Pavimentação de Ruas e Passeios Públicos, Despesa 381, Fonte de Recurso 001, Código 4.4.90.51.00.00.00 Obras e Instalações, Despesa 382, Fonte de Recurso 1102, Código 4.4.90.51.00.00.00 Obras e Instalações.
- **6.3** Serão realizadas retenções na fonte do IR sobre os pagamentos, conforme Decreto Municipal nº 3.471/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

7.1A empresa executora, na forma do Art. 69 da Lei Federal nº 8.666/1993, fica obrigada "a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados" na obra e/ou serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DA DECLARAÇÃO

8.1 - A CONTRATADA declara, por esta e na melhor forma de direito, estar devidamente habilitada para prestar os fornecimentos ora contratados, assumindo, em consequência, todos os riscos e obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO E PRORROGAÇÃO

- **9.1** O Município de Santana da Boa Vista RS, poderá rescindir o contrato, mediante comunicação expressa e com antecedência de 10 (dez) dias.
 - **9.1.1** É vedado à CONTRATADA ceder ou transferir o presente contrato.
- 9.2 O Contrato poderá ser rescindido nos limites dos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.
- 9.3 Poderá haver prorrogação nas normas do Art. 57 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **10.1**A **CONTRATADA** é responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas e deslocamento, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais e trabalhistas, equipamento de proteção individual e quaisquer outros que fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, isentando totalmente a **CONTRATANTE**.
- **10.2** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no projeto básico, no contrato e sua proposta.



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"

"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- **10.3**Entregar o objeto do contrato conforme cronograma e demais documento do edital, dentro dos padrões de qualidade e quantidade no local estipulado pelo CONTRATANTE;
- **10.4** Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com especificações conforme edital, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 11.2 Comunicar a contratada por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 11.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor designado.
- 11.4 Efetuar o pagamento a contratada no valor correspondente ao fornecimento, no prazo e forma estabelecida no edital e seus anexos.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E DOS ATRASOS

- **12.1** A entrega dos serviços deverá ser conforme memorial descritivo, cronogramas e demais documentos do edital referência;
- § 1° O não cumprimento, pela CONTRATADA das obrigações prevista no edital, implicará na retenção do pagamento previsto na cláusula terceira, até o seu adimplemento.
- § 2° A CONTRATADA será advertida, por escrito, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, desde que ao caso não se aplique quaisquer das demais penalidades.
- § 3º As penalidades ora estabelecidas serão aplicadas sem prejuízo das demais cominações previstas na Lei N.º 8.666/93, e alterações.
- 12.2- Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, não se aplicando a mesma a empresa ou pessoa física remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.
- **13.3** Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste à contratada fica sujeita às seguintes penalidades.
 - **12.3.1** Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais licitados:
 - **12.3.1.1** Até 05 (cinco) dias, multa de 0,33% (Zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;
 - **12.3.1.2** superior a 05 (cinco) dias, multa de 0,50% (Zero vírgula cinquenta por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;
 - **12.3.1.3** Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"
"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

- **12.3.1.4** Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).
- **12.3.2 Suspensão temporária do direito** de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução ocasionar prejuízos a Administração;
- **12.3.3 Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- 12.4 A sanção de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- I descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos objetos;
- II Outras ocorrências que possam acarretar transtornos na entrega dos materiais licitados no órgão solicitante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 12.5 A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá, ainda, a suspensão, quando o licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos na entrega dos materiais do órgão solicitante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA NOVAÇÃO

13.1- Toda e qualquer tolerância por parte do Município de Santana da Boa Vista - RS, na exigência do cumprimento do presente Contrato não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Caçapava do Sul - RS, com renúncia de qualquer outro pormais privilegiado que seja para dirimir sobre quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por acharem de pleno acordo entre si, justas e contratadas, firmam as partes o presente CONTRATO, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, obrigando-se por si e/ou seus sucessores ao fiel cumprimento, tudo para que produza seus jurídicos efeitos.

Santana da Boa Vista, xx de xxxxxxx de 2022.

CONTRATANTE:

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"
"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

MUNICÍPIO DE SANTANA DA BOA VISTA - RS

CONTRATADA:	
	REPRESENTANTE
TESTEMUNHAS:	
FISCAL DO CONTRA	ATO:
RESPONSÁVEL TÉC	NICO PELA FISCALIZACAO
	LEO CARGNIN
	CAU A12422-2



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé" "Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº015/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 015/2022

TERMO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE RECURSO NA FASE HABILITATÓRIA

TERMO DE RENÚNCIA (CONDICIONAL)

	,	com	sede	à
		inso	crita	no
CNPJ-MF n°, licitar	ite no	proce	edime	nto
licitatório da Tomada de Preços nº 015/2022, promovido pela Pref	eitura	Muni	icipal	de
Santana da Boa Vista-RS, por seu representante legal, para cumpriment	o do c	lispos	to no a	art.
43, III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, onde não apre	sentoi	ı repre	esenta	nte
ou agente credenciado para a solenidade de abertura dos envelopes	de "d	ocume	entaçã	o",
apresenta, nos exatos limites do respectivo edital, o presente TERMO I	DE RE	ENUN	CIA A	ΑO
DIREITO DE RECURSO, RESTRITO À FASE HABILITATÓRIA,	CON	DICI	ONAI	DΑ
ESTA A DECLARAÇÃO DE SUA HABILITAÇÃO PELA COMISSA	ÃO PI	ERMA	NEN'	TE
DE LICITAÇÕES, caso no qual, desde já, consente com o prossegu	ıiment	o do	certar	ne,
também com a abertura dos envelopes de "Proposta Financeira".				
Por ser verdade, firma o presente.				
XXXXXX,	_de X	XXX	de 202	22.
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL)				



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé"
"Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 015/2022

TERMO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE RECURSO NA FASE JULGAMENTODAS PROPOSTAS

TERMO DE RENÚNCIA (CONDICIONAL)

, com sede
à, inscrita no
CNPJ-MF nº, licitante no procedimento
licitatório da Tomada de Preços nº 015/2022, promovido pela Prefeitura Municipal de
Santana da Boa Vista-RS, por seu representante legal, para cumprimento do disposto no art.
109, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, onde não apresentou
representante ou agente credenciado para a solenidade de abertura dos envelopes de
"documentação", apresenta, nos exatos limites do respectivo edital, o presente TERMO DE
RENUNCIA AO DIREITO DE RECURSO, RESTRITO À FASE DE JULGAMENTO DAS
PROPOSTAS, CONDICIONADA ESTA A DECLARAÇÃO DE SUA HABILITAÇÃO
PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, caso no qual, desde já, consente
com o prosseguimento do certame.
Por ser verdade, firma o presente.
XXXXXX, de XX de 2022.
(A SSINATURA DO PESDONSÁVEL)
(ASSINATURA DO RESPONSAVEL)



Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista

"Terra de Luta e Fé" "Doe Órgãos, doe sangue: salve vidas"

ANEXO IV MODELO- ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Declaro, em atendimento ao previsto r	no Edital da tomada de preços nº 015/2022, que
eu,	, portador(a) do RG nºe
do CPF nº, represe	entante da empresa
, estabelecida no(a)	como seu(ua) representante legal para os fins da
presente declaração, compareci peran	te o representante do Setor de Planejamento,
tomando plena ciência das condições	e grau de dificuldade existentes, segundo seu
representante, não há nada que impeç	a a plena formulação da proposta referente da
tomada de preços nº 015/2022, que tem	como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA EM OBRAS E	SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A
PAVIMENTAÇÃO NO TRECHO DO	PÓRTICO EM DIREÇÃO AO CENTRO DO
PARQUE TOCA DA TIGRA ATÉ O	INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE,
PRÓXIMO A CANCHA DE BOCHA,	no Município de Santana da Boa Vista – RS.

Local e data

Assinatura e carimbo Representante Empresa

Assinatura e carimbo (Responsável pela vistoria) Visto:

Observação:

- 1 Emitir em papel que identifique a licitante.
- 2 O representante da empresa deverá trazer esta declaração de vistoria, já impressa, para o visto do representante da Prefeitura.

ANEXO V





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTANA DA BOA VISTA Terra de Luta e Fé'.

"Doe órgãos, doe sangue: SalveVidas!"

DECRETO N°. 3.471 DE 27 DE JULHO DE 2022.

Adota interpretação conforme a Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, o art. 15 da Lei Federal nº 9.249/1995 e, também, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 para fins de IRRF nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Santana da Boa Vista-RS.

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com previsão legal contida no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, o art. 15 da Lei Federal nº 9.249/1995 e, também, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 para fins de IRRF fixo o seguinte DECRETO:

CONSIDERANDO o disposto no art. 158, inciso I, da Constituição da República, que atribui aos Municípios a titularidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO a tese fixada no Tema n.º 1130 da Repercussão Geral que deu interpretação conforme à Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996 para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços e possibilitar a utilização do mesmo regramento aplicado pela União, no caso, a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTANA DA BOA VISTA Terra de Luta e Fé'.

"Doe órgãos, doe sangue: SalveVidas!"

CONSIDERANDO que o Imposto de Renda Retido na Fonte é de competência mensal, o que exige a imediata adequação dos procedimentos para fins de aplicação do novo regramento aos contratos em curso com vistas a assegurar o cumprimento do disposto no art. 11 da LRF (LC n. º 101/2000).

Art. 1º Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações com pessoas jurídicas, deverá observar o

disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Federal nº 9.249/1995, e, também, na

Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234/2012.

Art. 2º Os órgãos públicos da Administração Pública Municipal Direta, autarquias e fundações instituídas

e mantidas pelo Município, ficam obrigados, a partir da competência de julho de 2022, a efetuar as

retenções na fonte do IR sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de

bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na legislação referida no art. 1º desse

Decreto.

Parágrafo único. As entidades referidas no caput não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas

as hipóteses de celebração de convênio com a Receita Federal do Brasil nos termos do art. 33 da Lei

Federal nº 10.833/2003.

Art. 3º A critério do órgão contratante, os contratados deverão ser notificados do disposto neste Decreto

para que, quando do faturamento dos bens e serviços prestados e para fins exclusivos de IRRF, passem a

observar o disposto no art. 64, § 5°, da Lei Federal nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Federal nº 9.249/1995

e na IN RFB nº 1.234/2012.

Art. 4º Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente

Decreto, emitir as notas fiscais, faturas ou recibos com observância às regras de retenção dispostas na

Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades

mencionados no art. 2º deste Decreto.

Parágrafo único. Os documentos fiscais emitidos em desacordo com o previsto no caput deste artigo,

caso não possam ser substituídos ou retificados por meio de Carta de Correção e para fins exclusivos de

End.: Rua Independência, 374 - Centro - Santana da Boa Vista-RS - CEP: 96.590-000 CNPJ: 88.141.460/0001-80 - Fones: (53) 3258-1350/1186/1215/1205

E-mail: sboavista.gabinete@farrapo.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTANA DA BOA VISTA

Terra de Luta e Fé'.

"Doe órgãos, doe sangue: SalveVidas!"

indicar a retenção, igualmente incorrerão na retenção do Imposto de Renda, na forma prevista neste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA, EM 27 DE JULHO DE 2022.

GARLENO ALVES DA SILVA



GARLENO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

P. M. SANTANA DA BOA VISTA Certificamos que o presente documento foi publicado no mural oficial desta Prefeitura.

Sec. Mun. de Administração

Secretária Municipal da Fazenda

Registre-se e Publique-se

Guilherme Alves da Silva

Secretário Municipal de Administração e Desporto